

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM CANOINHAS (SC)

Rita Regina Soares Saibel

UnC – srita@cni.unc.br

Walter Marcos Knaesel Birkner

UnC – desenvolvimento@cni.unc.br

RESUMO

O presente trabalho é o resumo de uma dissertação de Mestrado sobre o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, implantado pelo Governo Federal do Brasil em 2003 com a perspectiva de combater a fome e a pobreza no país. O pressuposto central do programa consiste na articulação entre a transferência de renda direta aos beneficiários em situação de pobreza com políticas sociais principalmente na área de educação e saúde e com programas complementares. A proposta deste trabalho teve como objetivo principal realizar uma análise do referido Programa de Transferência implantado pelo Governo Federal do Brasil em 2003 e o impacto socioeconômico na realidade das pessoas inseridas neste programa no município de Canoinhas – SC. Para atingir o objetivo proposto delimitaram-se alguns indicadores: educação, trabalho infantil, saúde, inserção do beneficiário e família no campo profissional; articulação entre o programa bolsa família e contrapartidas em termos de participação efetivas das famílias em programas e projetos sociais; qualidade da alimentação, avaliação do programa bolsa família sob a ótica do usuário. Para o desenvolvimento desta pesquisa realizou-se um estudo detalhado em livros, leis, documentos que compõem a pesquisa bibliográfica. Utilizou-se o método quali-quantitativo, aplicando-se para a coleta de dados um questionário estruturado a 236 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Canoinhas.

Palavras-chave: Transferência de Renda, Pobreza, Bolsa Família.

Programas de transferência de renda: o impacto do Programa Bolsa Família em Canoinhas (SC)

Os temas da pobreza e da desigualdade social tem sido discutidos amplamente por vários setores da sociedade, enfatizando-se as políticas sociais como canais para o desenvolvimento e a inclusão social. Neste sentido, ao tratar da natureza e contextos de implementação das políticas sociais, é natural concordar com a interpretação de inúmeros autores quando tratam da natureza e significado das políticas sociais. Entre eles, Mello (2007, p.2) afirma que tais políticas se desenvolveram em decorrência da formação e das disfunções do Estado capitalista e de acordo com o governo no qual se movimentam.). Cabe dizer, nesse sentido, que é tarefa clássica do Estado compreender e atender às exigências do próprio sistema capitalista. Neste sentido, entende-se que as transformações econômicas e sociais, expressas em fatores como a globalização dos mercados, os avanços tecnológicos, as novas relações de produção, bem como do próprio processo de industrialização, provocaram conseqüências de modo a produzir uma nova organização político-administrativa do Estado, resultando no avanço das políticas sociais.

Com a crise econômica que se instaurou no mundo na década 1970, ressurgem sob a ótica liberal as discussões sobre o papel do Estado e das políticas de proteção social para o processo de desenvolvimento. Seguindo o curso deste pensamento, observa-se que diante dos efeitos da reestruturação do Estado e dos processos produtivos, sinalizados em uma série de fatores como cortes nos gastos sociais, desemprego, precarização das relações de trabalho, os indivíduos que até então estavam relativamente protegidos na fase do crescimento econômico e de conseqüente expansão do emprego, foram, a partir da crise do Petróleo, levados à condição de pobreza.

Por sua vez, essas mudanças praticamente determinaram que se pensasse na implantação de estratégias para promover o desenvolvimento social, impulsionado pelas novas exigências do capital e da própria sociedade. Retoma-se, com isso, a idéia central sobre o papel do Estado como responsável em oferecer alternativas para os desequilíbrios sistêmicos. Torna-se evidente a necessidade de um conjunto de medidas articuladas, tanto econômicas quanto sociais, que favoreçam a inclusão social, considerando-se que a pobreza é um problema que atinge a sociedade como um todo e não apenas aos indivíduos afetados pelas carências sociais, econômicas, políticas, entre outras.

No Brasil, a fragilidade das políticas sociais implantadas ao longo da história fez com que amplos segmentos sociais ficassem desprovidos do atendimento básico às suas necessidades, até mesmo, as mais imediatas. Até a década de setenta, os temas da pobreza e desigualdade social não eram prioridades nas discussões políticas.¹ Como apresentado anteriormente, o foco das atenções esteve voltado prioritariamente para o desenvolvimento econômico do país.

Schwartzman (2004, p.3) destaca que

Ninguém parece ter pensado, no Brasil do século XIX, em criar leis e instituições para ajudar aos pobres, como se tentou fazer na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Uma possível razão foi que o Brasil não assistiu aos grandes deslocamentos, destruição de postos de trabalho e explosão populacional que acompanharam a revolução industrial na Europa, nem as grandes maciças que inundaram os Estados Unidos naqueles anos, e que acabaram sensibilizando os ricos e remediados.. A pobreza brasileira no século passado não era muito diferente da pobreza dos séculos anteriores, e nossas elites tampouco eram muito distintas.

Ainda de acordo com Lonardoni, Gimenez e Santos (2008, p.1):

No Brasil, até 1930, não havia uma compreensão da pobreza enquanto expressão da questão social e quando esta emergia para a sociedade, era tratada como ‘caso de polícia’ e problematizada por intermédio de seus aparelhos repressivos. Dessa forma a pobreza era tratada como disfunção individual.

Ao se reconhecer essa dívida social histórica, e com a perspectiva de resgatar a dignidade de pessoas que vivem excluídas, é que foram adotadas nas últimas décadas medidas para promover a inclusão social destes segmentos. Em 1977, com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, a Assistência Social vincula-se ao sistema de proteção social, executada de forma centralizada e com a ação exclusiva da esfera federal. Mas a maioria dos autores brasileiros afirma que a assistência social, como política pública, faz parte das conquistas democráticas dos diferentes segmentos da sociedade, através de uma ampla reforma do Estado, que seria bastante recente.

Conforme Sposati (2001, p.46): “a política de assistência social alcança no Brasil a condição de política social tardiamente, isto é, na última década do século XX, em comparação, a educação que já tinha sido consagrada como política pública desde 1946”.

¹ “Nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos que vivem essa experiência” (PAUGAM, 2003, p.45).

Com a instituição da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988,² composta pela Política da Saúde, Previdência Social e pela Política de Assistência Social, introduz-se uma nova concepção na execução e implantação das Políticas Sociais. Neste sentido, a Assistência Social, passa a ser uma política de responsabilidade do Estado, voltada ao combate à pobreza e inclusão social e busca romper com o caráter assistencialista, passando a incorporar conceitos de equidade, direito e emancipação social.

Este fato pode ser observado a partir de 2001, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), quando foram ampliados os programas de transferência de renda, com a implantação dos programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. Estes programas foram intensificados no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), cujas prioridades definidas foram o enfrentamento da fome e da pobreza, tendo como estratégia principal a unificação dos programas de renda existentes, o que resultou na criação do Programa Bolsa Família - PBF, em 2003.

Considerando sua magnitude, tanto orçamentária quanto de abrangência nacional, o programa vem sendo alvo de debates por vários segmentos da sociedade. Por muitos críticos, é visto como um programa assistencialista e que gera acomodação. No entanto, estudos têm mostrado o impacto que o PBF causa na vida dos beneficiários e na economia local. Estes apontam que além do alívio imediato da pobreza, a injeção de recursos por meio da transferência direta de renda às famílias proporciona à economia local significativo efeito, transformando-se em aumento dos níveis de consumo, e até mesmo em iniciativas de geração de renda.³

A transferência direta de renda às famílias tem de início, o efeito psicológico e político de evitar o constrangimento da rede de dependência do assistencialismo tradicional, além de conferir uma conseqüente autonomia em relação ao uso do dinheiro. Assim, a destinação do uso do recurso financeiro passa a ser de responsabilidade do próprio beneficiado, agora, inclusive, com o status social de titular de uma conta bancária. Além disso, outros efeitos são positivos, quais sejam: 1] o de acabar com a presença do atravessador, evitando tanto a corrupção quanto a interferência do político clientelista, que reproduz o assistencialismo e a

² “Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos da população relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A Assistência Social é parte integrante das ações que visam garantir direito de cidadania e igualdade de condições de vida a todos brasileiros”. (MPAS – SEAS, 1999).

³ Um exemplo a ser citado é o projeto de cooperativa desenvolvido no município de São Francisco de Assis (RS), no qual jovens carentes com idade entre 18 e 24 anos e mulheres beneficiadas pelo PBF administram uma incubadora de cooperativa, denominada “Incubadora Popular na Querência do Bugio”. Tal incubadora é desenvolvida pela Universidade Regional Integrada do Alto do Uruguai e Missões em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social deste município.

execrável dependência eleitoral; e 2] estimula o movimento das economias locais, gerando renda local, desconcentrando a riqueza dos grandes centros urbanos, onde se localizam os centros de abastecimento que, com as atuais políticas de transferência de renda, são substituídos por fornecedores locais, onde moram os beneficiados. E, somando-se a isso, confirma-se a tese nada recente de que políticas de distribuição de renda têm o efeito de dinamizar a economia, porque aumentam a circulação monetária.

Não obstante, estudo realizado pelo professor Rodolfo Hoffmann, da Universidade Estadual de Campinas, apresentado em 07 de março de 2008 no 2º Seminário de Análises dos Resultados Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, demonstra que o PBF tem um impacto três vezes maior do que o salário mínimo na redução da pobreza. Devido estas análises, Hoffmann afirma ainda que “Se o governo tiver que tomar uma decisão entre um e outro, considero mais eficiente destinar mais dinheiro ao ‘Bolsa Família’”.

O Programa Bolsa Família em Canoinhas

A importância deste tema foi, portanto, o pano de fundo que motivou o interesse investigativo de avaliar o impacto socioeconômico na realidade das pessoas inseridas neste programa no município de Canoinhas (SC). Por sua vez, a pesquisa foi objeto da dissertação de Mestrado homônima ao título deste trabalho, e aqui apresentamos alguns resultados, entre outros possíveis, considerados úteis a uma breve análise econômica do caso.

Após pesquisa em bibliografia pertinente e em campo, pode-se dizer que o Programa alterou as condições de vida das famílias canoinhenses em situações de pobreza e extrema pobreza, contempladas com o benefício. Conforme dados coletados na pesquisa, após o recebimento do benefício, houve uma melhora em indicadores como saúde, educação e alimentação.

Saúde

O PBF determina algumas condicionalidades relacionadas à saúde. De acordo com as diretrizes do programa, o cumprimento destas condicionalidades possibilita o acesso das famílias aos serviços sociais básicos, contribuindo desta forma para romper com ciclo de reprodução da pobreza. Nos quadros abaixo, apresenta-se um demonstrativo de satisfação das

famílias beneficiadas, cuja explicação está relacionada a condicionalidades como procura aos postos médicos, visitas dos agentes de saúde, vacinação, programas para gestantes, controle de natalidade e aquisição de medicamentos, além de outros benefícios como melhora na alimentação, que contribuem para a melhoria do quadro de saúde, o que é reconhecido pelos beneficiados.

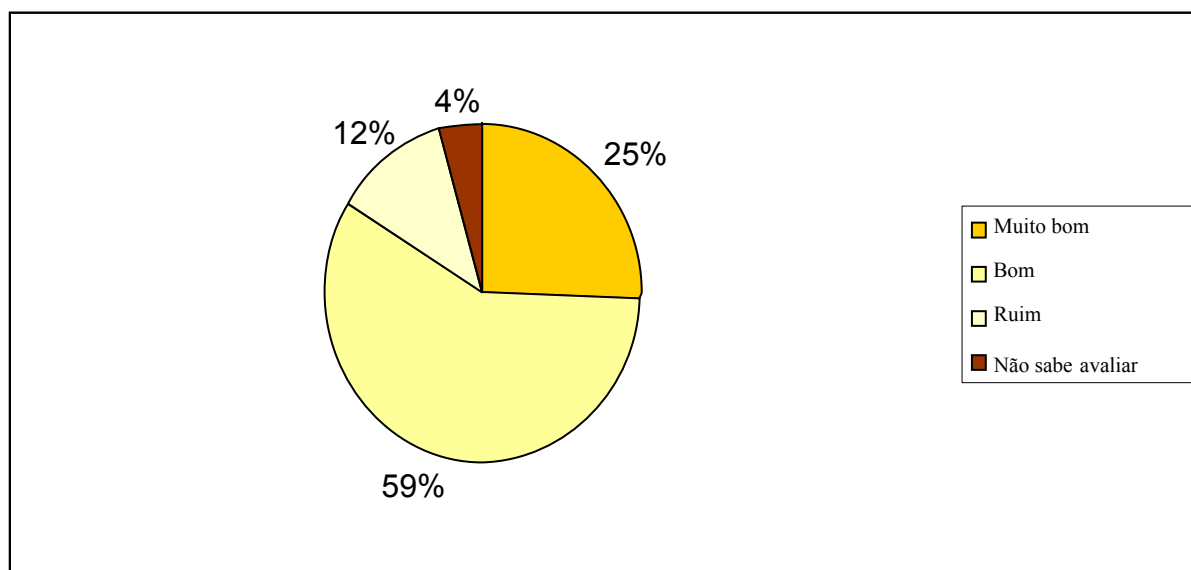


Gráfico 1 - Saúde da família

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

De modo geral, 59% dos entrevistados consideram o estado de saúde da família “bom”, seguidos de 25% “muito bom” e observa-se que apenas 12% acham que a saúde está ruim, enquanto que 4% não souberam avaliar.

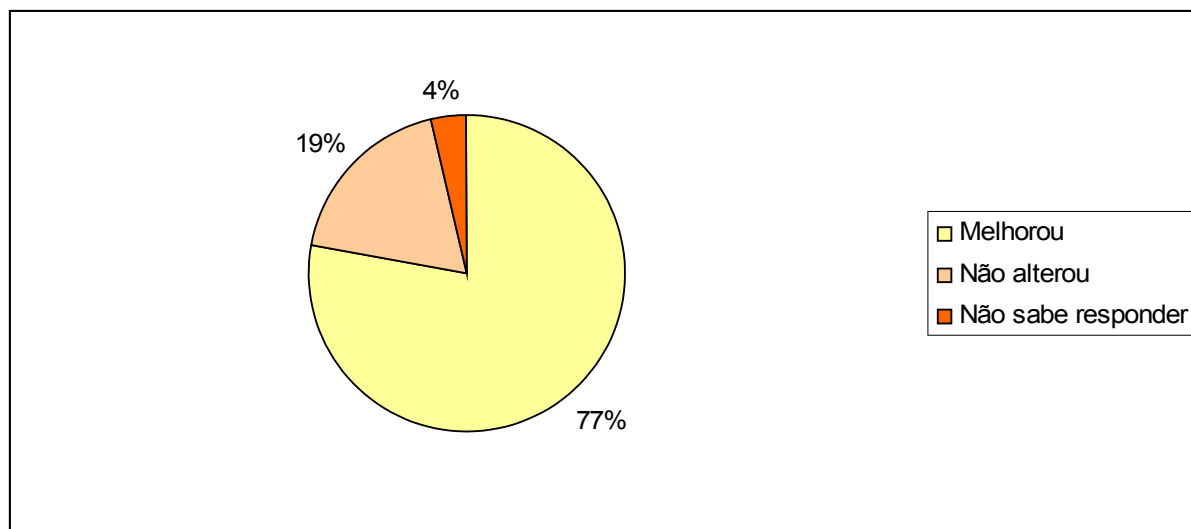


Gráfico 2 – Saúde da família

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

O gráfico acima indica que 77% dos entrevistados acreditam que a saúde da família melhorou após o ingresso no PBF. Considera-se este, um dado importante porque demonstra que as famílias atendidas pelo programa já tem acesso a políticas de saúde, implicando conseqüentemente na melhora das condições de vida. Aliado a este fator, destaca-se também que o benefício recebido é utilizado pelas famílias preferencialmente em itens como alimentação, vestuário, educação e saúde, fatores que de certa forma interferem na saúde da família.

Educação

Também na educação foi amplamente reconhecida pelos titulares do cartão uma melhora em itens como rendimento e freqüência das crianças na escola, como indicam os percentuais dos gráficos abaixo:

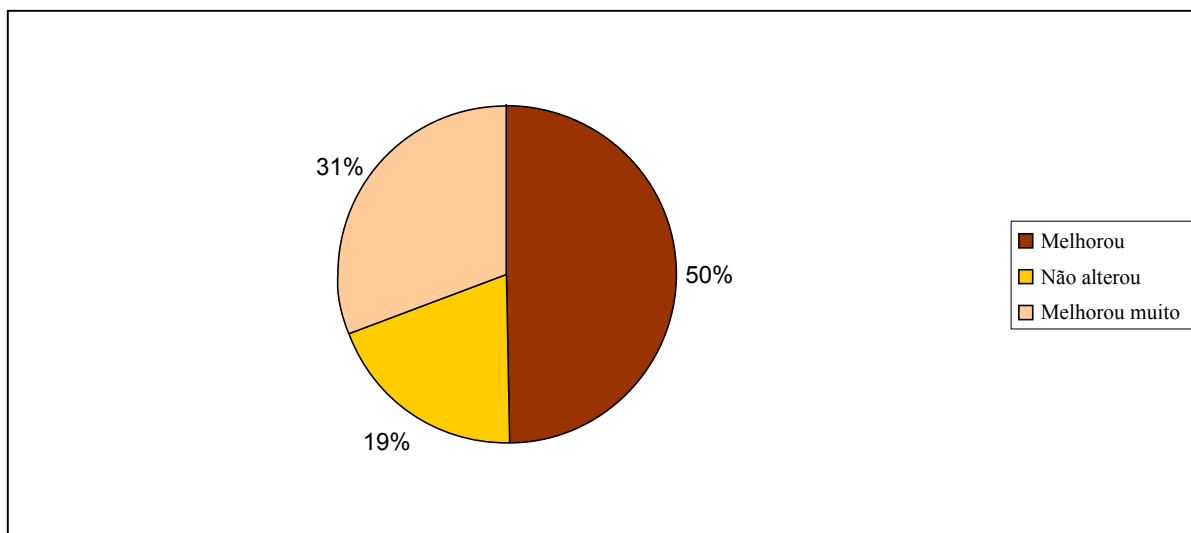


Gráfico 3 - Freqüência escolar

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

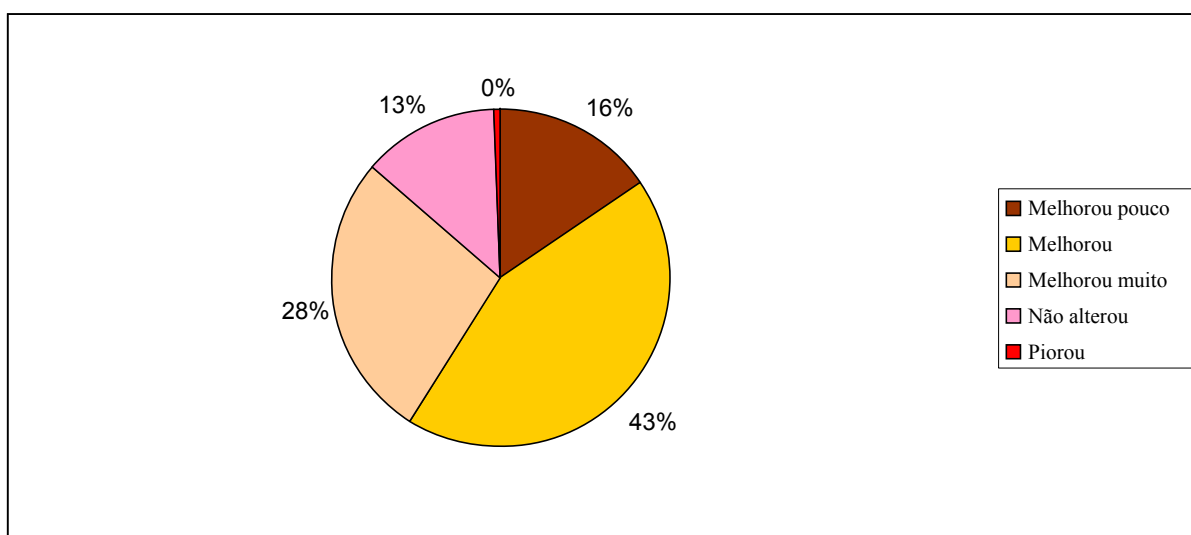


Gráfico 4- Rendimento escolar

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Do total de entrevistados 87% relataram que nenhuma criança ou adolescente faltou à aula nos últimos trinta dias. Estudo realizado pelo Centro Internacional de Pobreza, Instituição de pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), revelou que o PBF obteve avaliação positiva quanto à freqüência escolar.

De acordo com o estudo, os beneficiários do programa tinham menor índice de falta e abandono em comparação às crianças pobres que não recebiam o benefício.⁴ Observa-se nos gráficos acima que o programa teve uma avaliação positiva nas variáveis frequência e rendimento escolar por parte das famílias entrevistadas, vindo ao encontro dos objetivos propostos pelo programa, isto é, de promover a inclusão social através de outras políticas como a educação. Dos entrevistados 81% afirmaram que a frequência escolar “melhorou/melhorou muito” após o recebimento do benefício. Quanto ao rendimento escolar, 43% dos entrevistados apontaram que “melhorou” enquanto que 28% afirmam que “melhorou muito”.

Alimentação

Em relação à qualidade da alimentação, o quadro abaixo demonstra o grau de satisfação dos beneficiados com o PBF, que gastam os recursos preferencialmente com alimentação, o que coincide com Relatório do IBASE, publicado em 2008, feito com famílias de todo o Brasil.

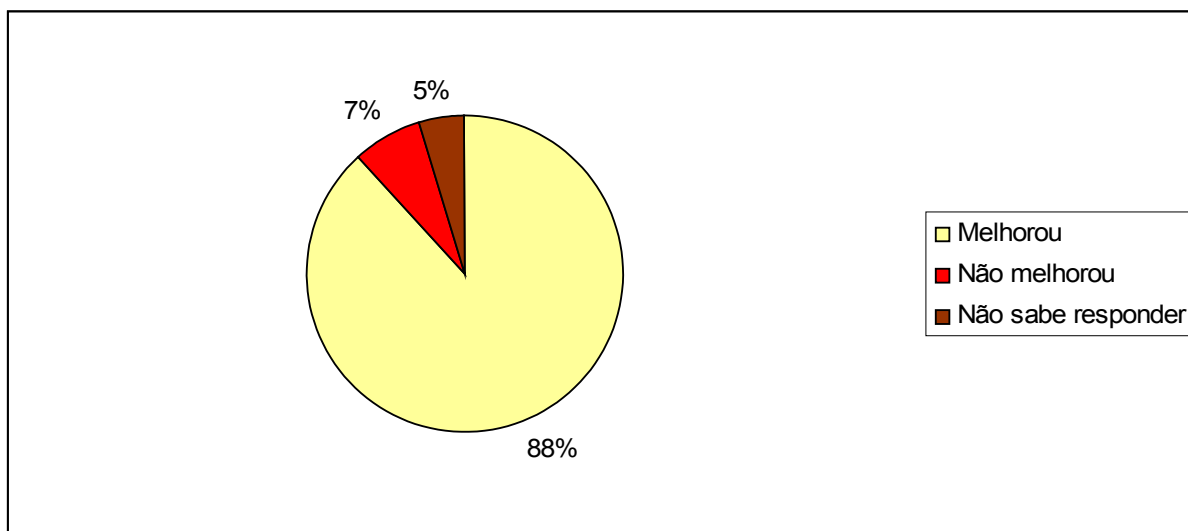


Gráfico 5- Qualidade da alimentação após recebimento do benefício

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

⁴ Pnud: Bolsa Família aumenta frequência escolar. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL228822-5604,00.html>. Acesso em: 14 dez.2008.

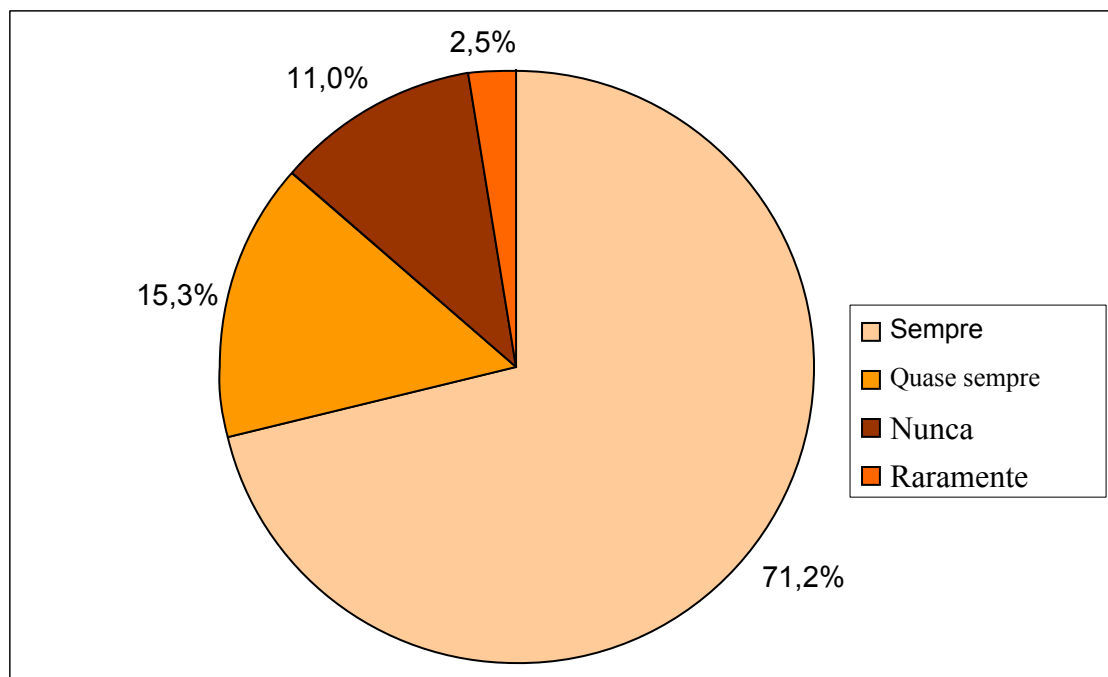


Gráfico 6 - Alimentação

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

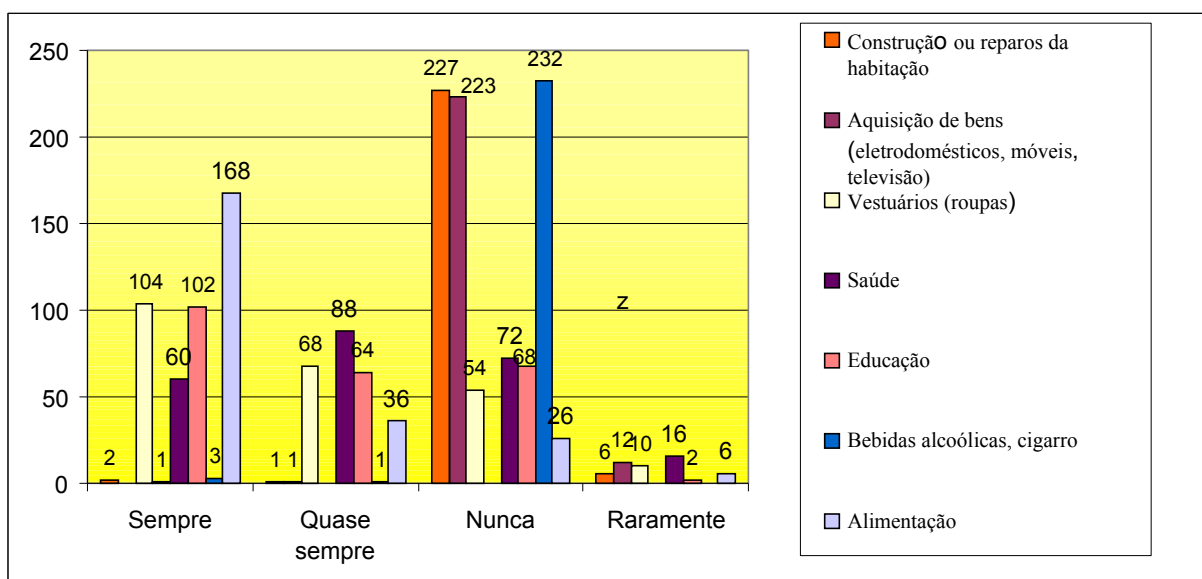


Gráfico 7 - Gastos com benefício: resumo

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Entre as famílias entrevistadas, os recursos recebidos pelo programa são utilizados sempre/quase sempre, em 86,5%, com alimentação, seguidos por 72,9% com vestuário, enquanto que a educação fica com 70,3% e por fim a saúde que se encontra utilizada por 62,7%. Em relação à preferência dos gastos com alimentação, os percentuais coincidem mais

uma vez com o levantamento realizado pelo IBASE (2008), não obstante algumas diferenças apontadas em outros itens.⁵

Portanto, de acordo com os gráficos entende-se que o benefício atende as necessidades básicas das famílias. Observa-se que transferir o valor do benefício diretamente ao beneficiário do programa evita os desvios, confere maior agilidade ao processo e oferece autonomia e poder de compra às famílias.

Vulnerabilidades

No entanto, a vulnerabilidade ainda se expressa nessas famílias pelas condições precárias de moradia, baixa renda familiar, trabalho infantil, somadas a baixa escolaridade e precária inserção no mercado formal de trabalho, fatores que dificultam ou impedem a mobilidade social das famílias. Nesse sentido, as constatações não revelam surpresas, demonstrando a insuficiência do Programa ante o tamanho do problema, o que também é revelado no mencionado relatório do IBASE [2008].

Por sua vez, o objetivo geral deste estudo, permitiu destacar a necessidade de algumas considerações que julgamos importantes e merecem ir além das já evidenciadas nesta pesquisa. No que tange às condicionalidades impostas pelo Programa, percebemos que este constitui-se em um importante mecanismo para viabilizar a efetivação dos direitos sociais. Neste sentido, as possibilidades das crianças e adolescentes de permanecerem na escola e romperem o ciclo perverso da pobreza em que estão inseridos, vêm aumentando significativamente. Não obstante, percebe-se que pela primeira vez o país tem uma política sequencial de transferência sem solução de continuidade desde o governo de FHC, que tem sido responsável pela diminuição da pobreza e de desconcentração de renda. Políticas que objetivem a diminuição das desigualdades são fundamentais para promover o desenvolvimento. Assim, para um país que produz riquezas e tem uma concentração de renda histórica como o Brasil, essas políticas são imprescindíveis, e fazem parte da história de outros países já desenvolvidos.

No entanto, o Programa deve avançar para além das condicionalidades impostas, enfatizando a participação das famílias em ações e programas que promovam a emancipação, ampliem as redes de participação e contribuam para a formação do sujeito em si. Acredita-se

⁵ Uma visita ao relatório síntese do IBASE (2008) permite um interessante comparativo com os dados nacionais. Algumas importantes semelhanças são percebidas, enquanto em outros aspectos há diferenças que, modo geral, podem ser creditadas às diferenças regionais brasileiras.

ainda ser necessário articular as duas dimensões do programa, ou seja, garantir primeiramente direitos que assegurem a dignidade das pessoas na tentativa de suprir as necessidades de ordem básica e as de ordem emergentes. Desse modo, é necessário assegurar o direito à alimentação e saúde e num segundo momento auxiliar na promoção da dimensão emancipadora, criando condições, mesmo que a longo prazo, para que as futuras gerações vislumbrem perspectivas múltiplas que lhes permitam cambiar e socializar os saberes por todos os cidadãos.

Outro ponto que merece destaque no programa refere-se à autonomia oferecida às famílias para utilizar o benefício de acordo com a sua real necessidade. Pois, conforme o exposto, no município de Canoinhas (SC) o benefício recebido apresentou-se como importante mecanismo de acesso das famílias a bens materiais, o que lhes confere mais dignidade. Conseqüentemente, este fator os afasta das possibilidades de viver a margem da sociedade ou ainda de recorrer à solidariedade alheia na constante busca de suprir no mínimo suas necessidades básicas, tais como alimentação, remédios, vestuários, que por longos períodos de tempo estiveram restritos a condição financeira. Nesta perspectiva há que se considerar também, que o impacto decorrente deste benefício não é ainda suficiente para superar a pobreza destas famílias, mas lhes permite sair das ruas, ou ainda afastar as crianças do trabalho, inserindo-as na escola. Esta afirmação se deve ao fato de ter-se observado que as famílias beneficiadas pelo PBF utilizam com maior freqüência o benefício em itens como alimentação, saúde e educação, o que conseqüentemente reflete na melhora da qualidade de vida.

Com relação ao trabalho, no âmbito do senso comum o conceito sobre programas desta natureza, é entendido como gerador de pura e total acomodação dos assistidos. Entretanto, os resultados apontam noutra direção. Pode-se, também observar que a maioria dos entrevistados afirmou que não foi possível deixar de trabalhar ao receber o benefício. Ao contrário, alguns afirmam que há a necessidade de continuar trabalhando para suprir as necessidades imediatas, porém por falta de vagas ou de qualificação profissional, estes continuam sem emprego fixo ou fazendo parte do grupo que permanece na informalidade. A maioria converge em reconhecer os principais fatores de exclusão do mercado como sendo os já conhecidos pela sociedade. Também a maior parte continua buscando ocupação profissional. É quase nulo o percentual de respostas dos que afirmam ter deixado de trabalhar a partir do recebimento do benefício. E uma razoável maioria demonstra interesse por cursos profissionizantes.

Veja-se os quadros a seguir:

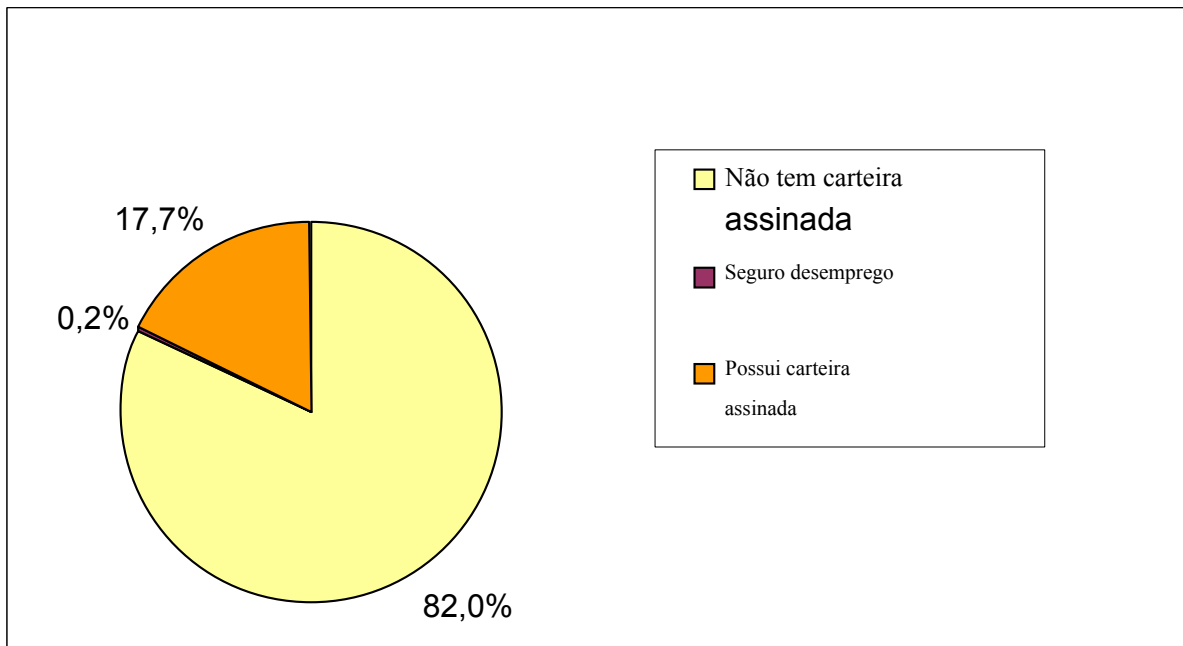


Gráfico 8 - Carteira de trabalho

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

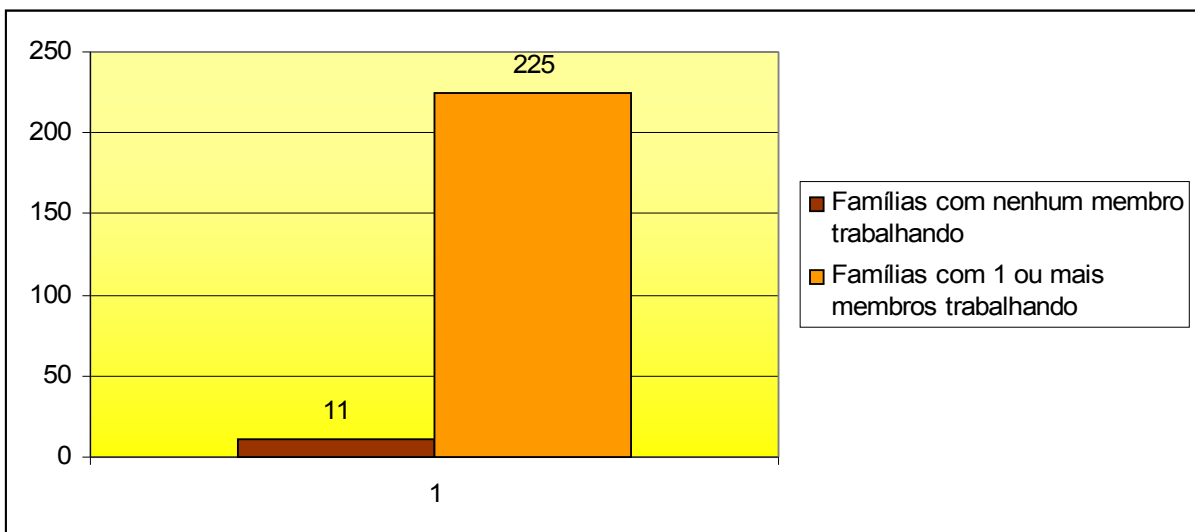


Gráfico 9 - Famílias inseridas no mercado de trabalho

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

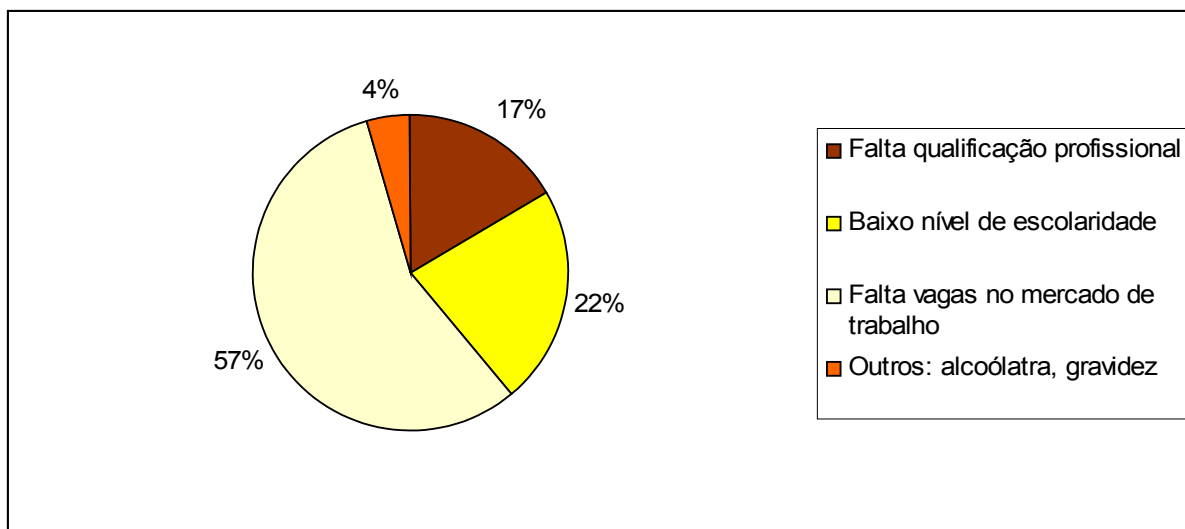


Gráfico 10 - Fator determinante para desemprego

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

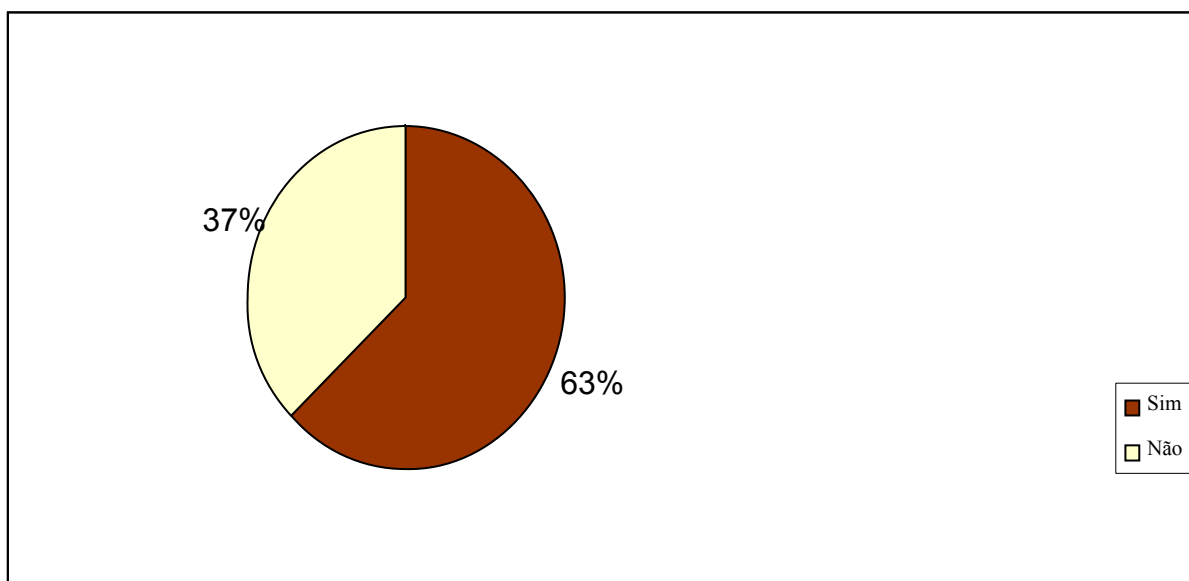


Gráfico 11 - Procurou ocupação profissional nos últimos 30 dias

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

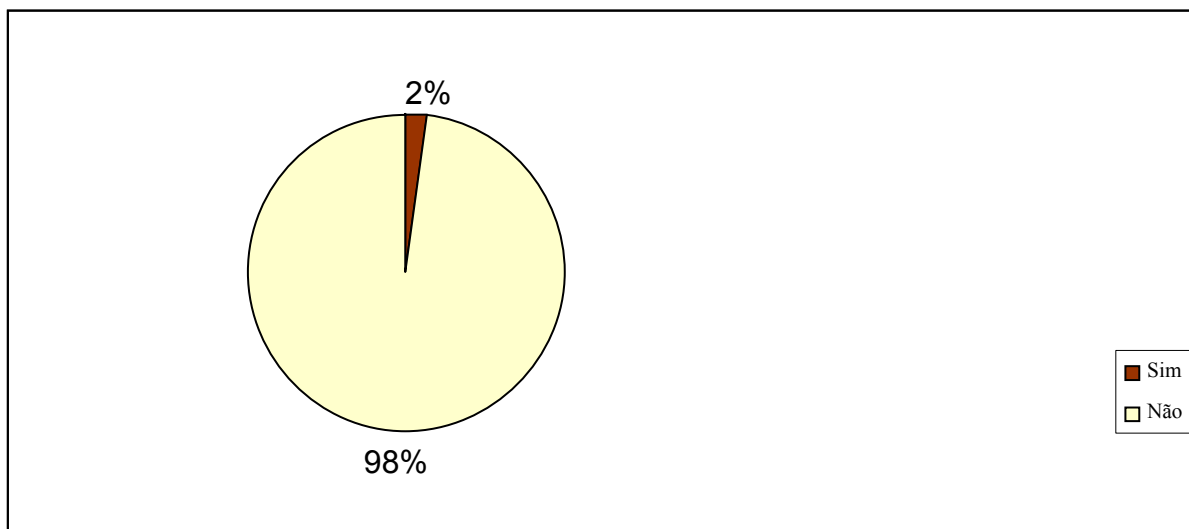


Gráfico 12 - Após recebimento do benefício alguém deixou de trabalhar
 Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

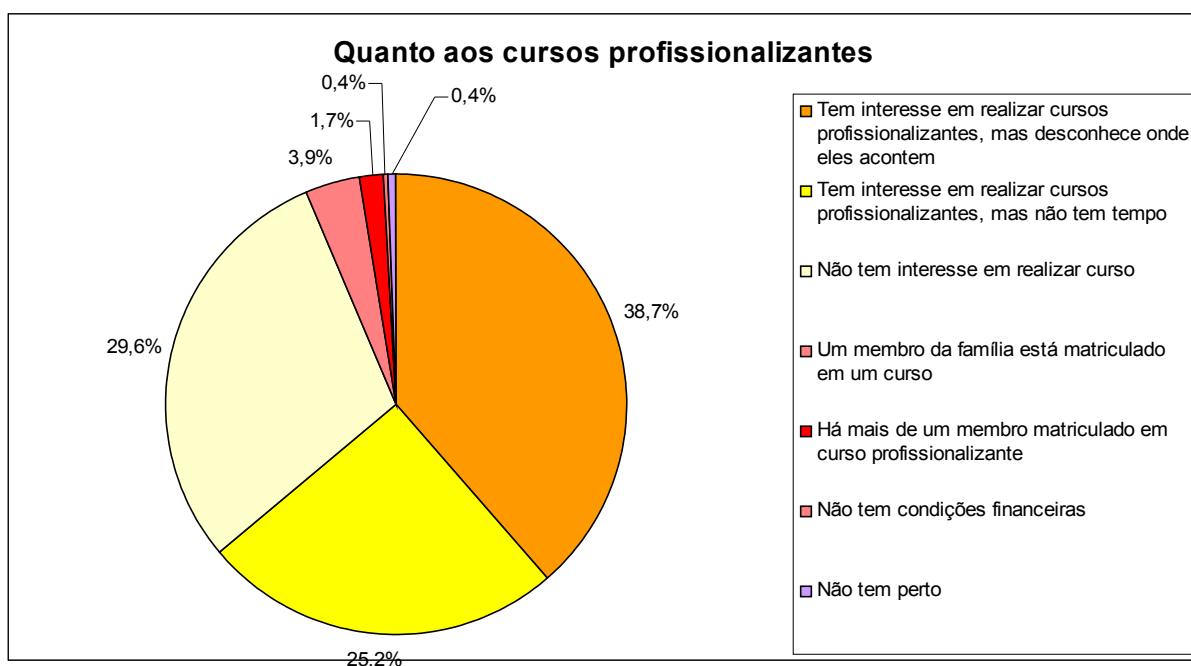


Gráfico 13 - Cursos profissionalizantes
 Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Com relação ao desemprego 57% dos entrevistados apontam a falta de vagas no mercado como fator determinante, seguido de 39% que reconhecem seu baixo nível de escolaridade ou falta de qualificação profissional.

Ainda com relação aos desempregados, 63% procuraram emprego nos últimos trinta dias. Dos entrevistados 82% afirmaram que não tem carteira de trabalho assinada enquanto

que 18% trabalham com registro em carteira de trabalho. Das famílias entrevistadas 95% possuem um ou mais membros trabalhando e apenas 5% afirmaram que todos os membros da família estão desempregados. Em convergência com este índice, considere-se o fato de que 98% dos entrevistados afirmaram que ninguém deixou de trabalhar ao receber o benefício do PBF, o que demonstra que o Bolsa Família não gera acomodação por aqueles que o recebem.

Quanto aos cursos profissionalizantes, apenas 5,6% das famílias entrevistadas têm ao menos um membro matriculado em algum curso profissionalizante. Destacam-se os 38,7% que tem interesse em participar de atividades ou cursos profissionalizantes, mas os desconhecem ou não sabem onde os mesmos acontecem. Este dado revela a necessidade de desenvolver algum trabalho informativo ou mesmo de cadastramento e colocação das pessoas interessadas em cursos profissionalizantes ou de alfabetização.

Contra o senso comum

Ao concluir esta pesquisa há que se registrar que 95% das famílias possuem um ou mais membros trabalhando, ou seja, o PBF não tem impacto negativo sobre a oferta de trabalho. Isto mostra que o problema não reside na acomodação das pessoas, mas em fatores como os já descritos anteriormente, na pouca qualificação profissional, bem como na baixa escolaridade, o que dificulta a inserção no mercado onde há empregos e cargos com melhor remuneração.

Ao fazer tal constatação, percebemos a necessidade de uma política de geração de emprego e renda, bem como da insistência nos cursos de profissionalização e qualificação. Portanto, parece importante preparar essas pessoas para os desafios impostos pelo mercado de trabalho que, quando atingido por alguma crise econômica, afeta rapidamente os menos qualificados. Sua fragilidade gera imediata e total dependência e significa, de soslaio, uma preocupação a mais ao Estado assistente. Conforme apresentado na pesquisa, foi possível observar que há um número significativo de famílias que não conseguiram superar o estado de pobreza no meio onde estão inseridos, recebendo o benefício desde a implantação do programa. Além disso, apenas 2% dos entrevistados admitiu que alguém da família deixou o emprego após receber o benefício. Desse modo, vale lembrar que o PBF, por si só, não garante índices satisfatórios de mobilidade social às famílias.

Ora, este é talvez o dado mais alarmante revelado pela pesquisa. Isto é, ao contrário de certo senso comum, que acredita que o Bolsa Família estimule o ócio, os dados revelam que a maior parte das famílias [95% no caso de Canoinhas] trabalha, e mesmo assim não auferem

renda suficiente para cobrir as despesas familiares. A compreensão desse aspecto revela, à sociedade de modo geral, que não se trata simplesmente de um problema compreendido a partir da condição do indivíduo em estado de vulnerabilidade. Embora se sugira a importância de programas de qualificação, o dado revela que o sistema no interior do qual essas pessoas trabalham, não lhes gera condições mínimas de renda. Portanto, elas não recebem o benefício na condição de ociosidade, mas o recebem porque o resultado econômico do seu trabalho é insuficiente, diga-se, miserável. Sua condição não tem origem na “vadiagem”, mas nas condições geradas pelo sistema social.

Isso mostra, mais uma vez, a importância das políticas sociais para o processo de desenvolvimento e equilíbrio do sistema, interferindo diretamente para a redução ou ampliação das desigualdades sociais. Não obstante, destaca-se a necessidade da efetiva integração do PBF com as demais políticas públicas, tanto econômicas, como sociais, capazes de promover o desenvolvimento. Seguindo esta linha de argumentação, e retomando um dos objetivos específicos, é que se verificou na amostra analisada, que PBF apresenta limitações no que se refere à inserção das famílias em programas complementares e de articulação com as demais políticas sociais. Apesar de o município de Canoinhas oferecer uma estrutura voltada para a inserção das famílias em programas sociais, principalmente através do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, instalado em dois bairros da cidade (Água Verde e Loteamento Santa Cruz), ainda há um número reduzido de jovens e adultos que participam destes projetos.

Deve-se considerar nesta análise, além das restrições financeiras que os programas sociais enfrentam, o fato de que o programa demanda, das prefeituras, um grande esforço operacional, limitando a sua capacidade de acompanhamento e mobilização das famílias beneficiadas. O primeiro quadro abaixo, sobre a inserção das famílias atendidas pelo PBF em programas e projeto sociais, é indicativo nesse sentido:

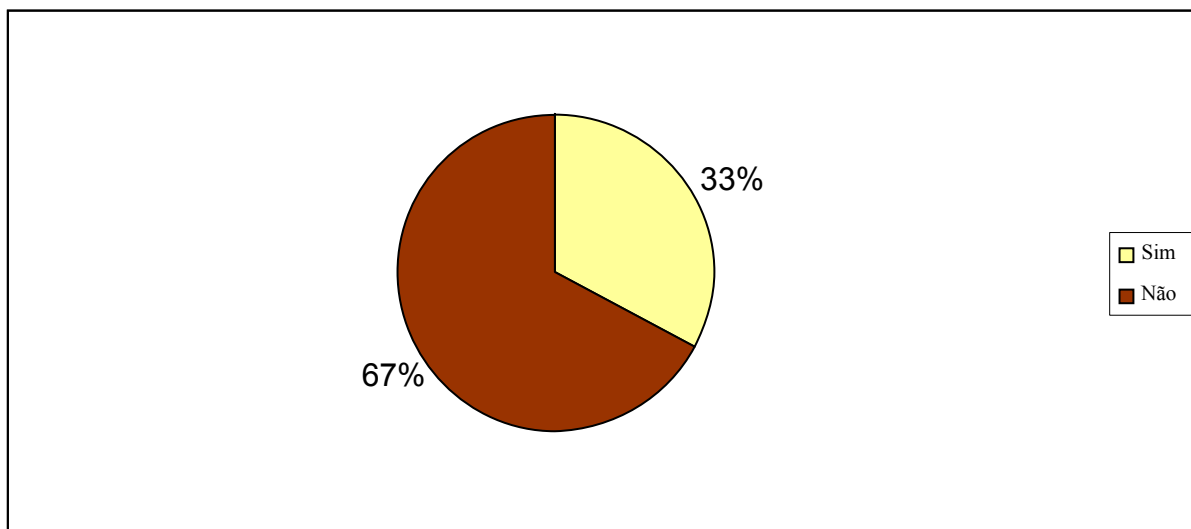


Gráfico 14 - Programas e projetos sociais

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

O quadro seguinte identifica o percentual dos que são voltados à qualificação:

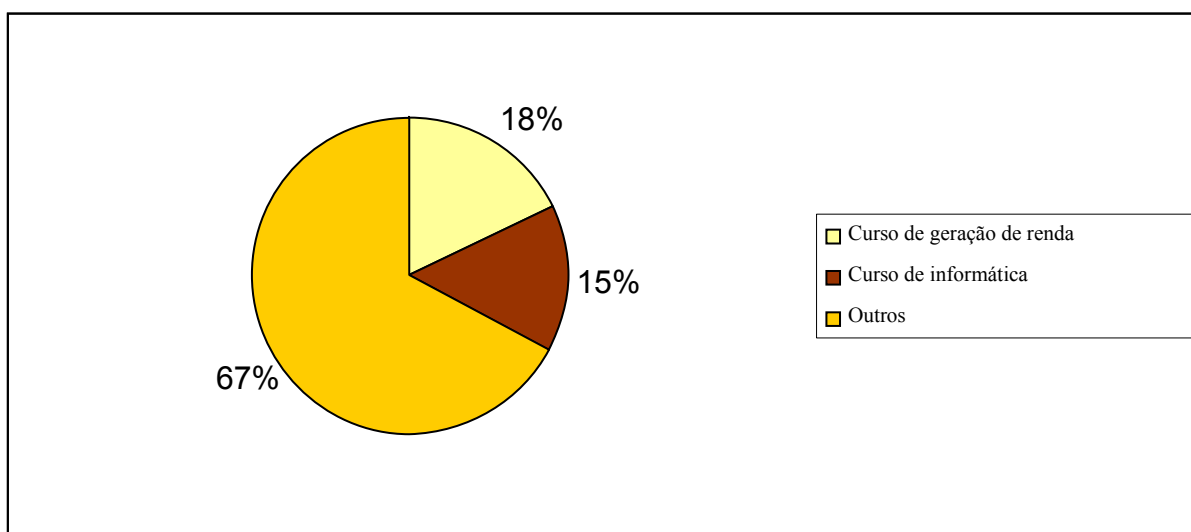


Gráfico 15 - Programa ou projeto social que a família participa

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Na seqüência, aponta a opinião dos que responderam afirmativamente:

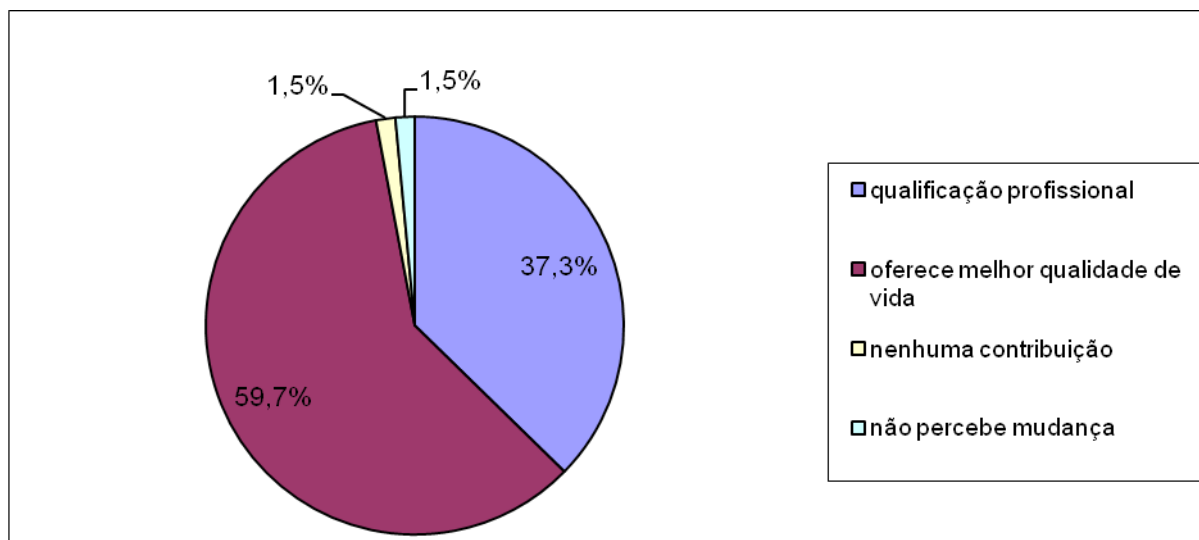


Gráfico 16 - Principal contribuição do projeto ou programa social

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Em seguida, revela os problemas a serem enfrentados pelo poder público:

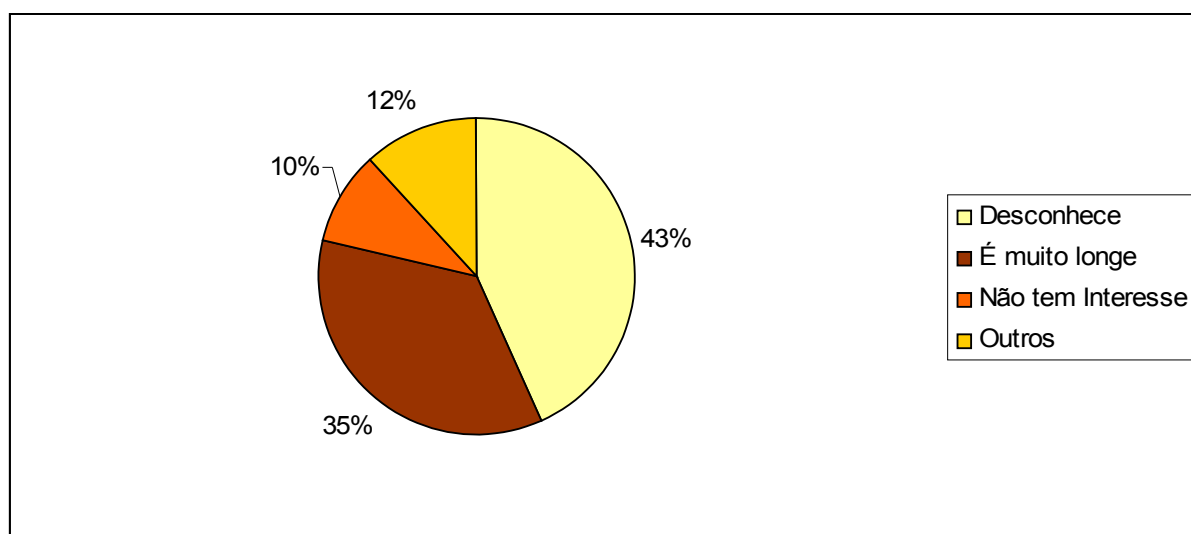


Gráfico 17 - Principal motivo por não participar de programa ou projeto social

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Conforme a demonstração gráfica, atualmente, 33% das famílias participam de projetos sociais. Embora represente a minoria, o percentual está longe de ser inexpressivo. Se revela a necessidade de ampliar o grau da condicionalidade atrelado à qualificação, possivelmente aponta para um quadro melhor do que o que antecede o PBF e suas condicionalidades.

Observou-se, porém nos dados coletados pela pesquisa que as crianças/adolescentes representam quase a totalidade daqueles que participam em projetos sociais. Entre os projetos citados, destacam-se aqueles desenvolvidos nas áreas de esporte, música, dança, Projeto Adolescente Empreendedor e Projeto PETI.

Destes programas 78% são desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Canoinhas, 7% pela Universidade do Contestado, enquanto 15% não souberam informar a instituição responsável. Com relação à avaliação sobre estes programas e projetos desenvolvidos 97% dos entrevistados afirmaram que proporcionam uma melhor qualidade de vida e qualificação profissional, e somente 3% afirmaram que os programas e projetos não oferecem nenhuma contribuição ou mudança.

Ao serem questionados porque não participam de projetos sociais 43% responderam que não conhecem, enquanto que 35% afirmaram que os cursos são oferecidos muito distante do local onde moram, especialmente para aqueles que residem na área rural.

Ainda assim, vale reconhecer que existe um número significativo de crianças e adolescentes inseridos em programas nas diversas áreas, como esporte, cultura, informática, bem como em programas complementares articulados em nível federal, tais como o PETI e o PROJOVEM.

Outra deficiência identificada refere-se ao pouco conhecimento dos beneficiários sobre o programa, principalmente no que se refere aos direitos e compromissos assumidos para o recebimento do benefício, fortalecendo a idéia de que o benefício é apenas uma ajuda do governo e não um direito assegurado em lei.

Importante destacar também a necessidade de ampliar o PBF para as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social e que nele não se enquadram, por se encontrarem no limite de renda estabelecido para o recebimento de tal benefício. Ou ainda, pela própria limitação orçamentária já pré-definida pelo referido programa, de modo que mesmo fazendo parte do grupo de famílias que vivem em situação de risco social, elas são excluídas do Programa.

Apesar de se reconhecerem as limitações do PBF, entende-se também que este é um avanço na luta da desigualdade no país, ao inserir segmentos desprotegidos em redes de proteção social e garantir o direito que lhes é assegurado em lei. O PBF é um indicador de que o processo de desenvolvimento de um país demanda, sobretudo de vontade política e responsabilidade para avançar na consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Considerações finais

O Bolsa Família é hoje um programa internacionalmente reconhecido pela abrangência dos seus resultados. Embora haja críticas quanto à sua operacionalização ou ao seu caráter assistencialista, o Programa é internacionalmente reconhecido pela sua importância e abrangência. Trata-se de um passo importante para diminuir as desigualdades no Brasil e, para tanto, requer continuidade. Ele representa uma superação histórica de preconceitos da sociedade e das elites brasileiras, cujas opiniões expressas na maioria das vezes se mostram desfavoráveis ao mesmo. Muitos são os que duvidam de sua eficácia, seja por dedução movida pelo preconceito, seja por ausência de informações e de análises sobre essa política social. Eventualmente, é de fora do País que surgem avaliações isentas. Para citar um exemplo recentíssimo, mas não único, o insuspeito filósofo estadunidense Francis Fukuyama,⁶ concedeu entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, de 15 de fevereiro de 2009, onde reconhece a importância do PBF. O autor afirma que estudos de economistas comprovam o seu sucesso. No entanto, teme que com a crise econômica um programa tão importante seja uma das primeiras vítimas.

É importante que se reconheça que, com o impulso de iniciativas precedentes como o Bolsa Escola, o Programa Bolsa Família inaugura uma etapa histórica. A característica dessa etapa deverá ser a superação de uma mentalidade antiga, marcada por preconceitos a serem superados pela informação e pela constatação sobre os resultados políticos, sociais e econômicos de programas audazes de transferência de renda. Não é o caso de refutar as críticas, muitas delas necessárias para os ajustamentos, nem de se negar o cunho assistencialista que esses programas geram, mas que pode ser superado com ajustes. Tampouco há de se ignorar o seu uso e efeito eleitoral. Mas parece importante lançar a expectativa de que, sobretudo, as crianças hoje beneficiadas, que serão os adultos em uma ou duas décadas, terão melhor destino que seus pais.

E, para finalizar este estudo, cabe uma reflexão do poeta e dramaturgo alemão Bertold Brecht: “Para quem tem boa posição social falar de comida é coisa baixa. É compree! eles já comeram.”

REFERÊNCIAS

⁶ Frequentemente acusado de conservador e neo-liberal, sobretudo por seu polêmico trabalho intitulado “O Fim da História”.

ARMAND, Claude. **Raio X das desigualdades**. São Paulo: Ibrasa, 2002.

ALMEIDA, Evaristo. **Programas de renda mínima: inserção social ou utopia**. São Paulo: Educ, 2000.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável. **Desigualdade e pobreza no Brasil** – IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001

BRASIL. **Portaria 666**, de 28 de dezembro de 2005 - Disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Diário Oficial Da União - Edição n. 30/12/2005. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Gabinete do Ministro, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Disponível em: <http://WWW.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: ago.2008.

_____. **Lei n. 10.836**, de 09 de janeiro de 2004 - D.O.U. DE 12/01/2004, p.1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: dez.2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Seminário internacional**. Bolsa família: 02 anos superando a fome e a pobreza no Brasil. Brasil: Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome, 2004.

BUARQUE, Cristovam; CASTRO, Vanessa; AGUIAR, Marcelo. Um pouco da história do bolsa família. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 66, ano XXII, Jul. 2001.

CARDOSO, Ruth. Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2): 42-48. 2004.

CAMARGO, José Marcio de. Pobreza e garantia de renda mínima. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26;12; 1991.

COHN, Amélia. Programas de Transferência de Renda e a Questão Social no Brasil. In: **Seminário Especial Mini-Fórum em homenagem aos 40 anos do IPEA** - Estudos e Pesquisas n. 85. Rio de Janeiro, set.2004.

HOFFMANN, Rodolfo. **Bolsa Família alia baixo custo à eficácia na redução da pobreza**. Disponível em: <<http://www.fomezero-ufjf.blogspot.com/2007/03/bolsa-familia-alia-baixo-custo-eficcia.html>>. Acesso em: mar.09.

IBASE. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf>. Acesso em: junho, 2008.

IBGE. [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística](#). **Síntese de indicadores sociais 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Políticas sociais**. Acompanhamento e análise, 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: jan.2008.

LONARDONI, Eliana. GIMENES, Junia Garcia; SANTOS, Maria Lucia dos; NOZABIELLI, Sonia Regina. **O processo de afirmação da assistência social como política social**. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c-v8n2_sonia.htm>. Acesso em: out.2008.

MELLO, Marinilzes Moradillo. Políticas sociais e políticas de bem-estar: algumas considerações. NTERFACEHS – **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.2, n.4, Artigo 5, ago 2007. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=4&cod_artigo=67>. Acesso em: jan. 2009.

MPAS – SEAS. **Capacitação a distância para conselheiros e gestores municipais e estaduais de Assistência Social**. Brasília, v.1, 1999. [Série Diálogos].

PAUGAM, S. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon; REIS, Elisa Pereira. **Pobreza e exclusão social: aspectos sócio políticos**. Trabalho preparado por solicitação do Banco Mundial, como contribuição para um estudo em andamento sobre a exclusão social no Brasil. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/causasp.html>, 2004>. Acesso em: nov.2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. A inclusão social e o programa de renda mínima. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 66, a. XXII, jul. 2001

STEIN, Rosa Helena. A descentralização: instrumento de ação política e controvérsias (revisão teórico-conceitual). In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 54,jul, 1997 [Série Textos para Debate].

_____. **Programa de capacitação continuada para assistentes sociais**. Capacitação em serviço social e política social. Reprodução social. Organização e gestão das políticas sociais no Brasil Cfess – Abepss – Cead – UnB, 2000. [Módulo 4].

SUAS - Sistema Único de Assistência Social. **Plano 10**. Brasília, jun. 2007. - ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Políticas sociais: o programa comunidade solidária e o programa de garantia de renda mínima. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 12, p. 39-62, jun./dez 1995.

_____. **Renda básica de cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

STANISCI, Silvia Andrade. **Gestão pública democrática: perspectivas apontadas pelos conselhos dos direitos da criança e do adolescente**. 1996. 156 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Católica de São Paulo.

TISCOSKI, Leodegar (2008) - Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades. <http://www.ipcdigital.com/ver_noticiaA.asp?descrIdioma=br&codNoticia=14432&codPagina=15060&codSecao=368>. Acesso em: 20 ago. 2008

THERBON, Goran. Dimensões da globalização e a dinâmica das (des)igualdades. In: **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ULLRICH, Carsten. **Soziologie des wohlfatstaates.eine eiführung**. Frankfurt: Campus, 2005.

VANDERBORGHT, Yabbick; VAN PARIJS, Philippe. **Renda básica de cidadania: fundamentos éticos e econômicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

_____. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 53, p.67-73, mar. 1997.

ZIMMERMANN, Clóvis. SILVA, Marina da Cruz. As experiências de renda mínima na redução da pobreza. **Revista Espaço Acadêmico**, a.VII, n.82, p.5, 2008, mar. 2008 [ISSN 1519.6186]. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br:082zimmermann>>. Acesso em: ago.2008.

YASBEK, Maria Carmelita. As ambigüidades da assistência social brasileira após 10 anos de LOAS. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.77, a. XXV, mar.2004a.

_____. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo Perspectiva**. [online]. abr./jun. 2004b, v.18, n.2 [citado 09 Dezembro 2004], p.104-112. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: jun.2008.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: **Temporalis. ABEPSS**. Brasília: Graflina, a.2. n.3, jan;jul. 2001.

